

essas condições para gerir e levar a bom termo os negócios financeiros do País. A bancada da União Democrática Nacional vem à tribuna para dizer que se entristece com o Brasil, diante do panorama que fica atrás de S. Exa., que afirma sobriamente, que afirma, calma e patrioticamente, que só não permaneceu por mais tempo à frente do Ministério da Fazenda, fazendo sacrifícios pessoais, porque as reivindicações, de um lado, e as pressões demagógicas, de outro, não lhe propiciaram condições necessárias para levar a bom termo aquela tarefa, que tão bem executou como Secretário da Fazenda de São Paulo e como Governador deste Estado.

Sr. Presidente, Srs. deputados, a União Democrática Nacional de São Paulo, por intermédio de sua bancada, vem dizer ao Brasil: praza a Deus que este governo possa chegar ao fim, para que possamos ter eleições, a fim de colocarmos na Presidência da República um homem que seja autêntico, que seja realmente brasileiro, não brasileiro fantasiado de patriota; que venha investido de integridade, de coragem moral, para que possamos ter confiança nos destinos de nossa pátria, que há de se desenvolver, apesar dos governos que não têm sabido dirigi-la. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano.

O SR. COSTABILE ROMANO — Sr. Presidente e Srs. deputados, quer nos parecer que o Poder Executivo de São Paulo está se ressentindo de uma assessoria equilibrada, de elevado gabarito técnico e político e conhecedora profunda dos problemas administrativos e sociais do nosso Estado. Do contrário, não estariam sendo cometidos equívocos e decisões lastimáveis, não só do ponto de vista político, como, principalmente, do ponto de vista técnico administrativo.

Deixaremos de lado, apenas para não reforçar por demais o nosso argumento acima, as marchas e contra-marchas efetuadas pelo Governo, no início de suas atividades, em relação às disponibilidades financeiras do Estado; não citaremos, também, o comportamento insensível, falho e desordenado do Executivo em relação aos últimos movimentos grevistas; e nos situaremos num único exemplo simples, da mudança ou não de uma biblioteca especializada, para demonstrar a evidência da desorientação que envolve a administração estadual.

Queremos referir-nos, Srs. deputados sobre a Biblioteca Agrícola de São Paulo e o destino que o Governo lhe quer determinar. Pelo decreto nº 42.297, de 20 de setembro do corrente ano, o Executivo Estadual determinou a mudança dessa biblioteca para o Instituto Agrônomo de Campinas. Essa biblioteca funciona atualmente no 7.º andar do edifício da Secretaria da Agricultura. É composta de milhares de volumes especializados, obras escolhidas, de real valor científico e necessárias às próprias atividades dos órgãos técnicos da Secretaria.

Como elemento de consulta, pesquisa e estudos, a biblioteca tem possibilitado uma série infundável de trabalhos, não só às exigências oficiais como, também, a inúmeros particulares conhecedores da riqueza das coleções, obras e compêndios existentes. Dezenas de jornalistas a procuram continuamente, quando na busca de dados estatísticos necessários a reportagens, crônicas e estudos especializados.

É, portanto, uma biblioteca altamente indispensável que o Poder Executivo, não sabemos a troco de que, pretende seja localizada em Campinas. Acontece, porém, Srs. deputados, que o próprio bibliotecário do Instituto Agrônomo de Campinas afirma, em relatório oficial ao Sr. Secretário da Agricultura, que o acervo não interessa ao I.A., pois representaria apenas duplicata de livros e periódicos já ali existentes. Por outro lado, várias dezenas de jornalistas, certos da importância da biblioteca e sua permanência em São Paulo, dirigiram ao Sr. Adhemar de Barros manifesto pedindo reconsideração do decreto que acima mencionamos. Todos consideram que a extinção da biblioteca representaria grande deservício ao público paulistano em geral, e às publicações agrário-pecuárias em particular, pois a biblioteca da Secretaria da Agricultura, conforme acima dissemos, é a única especializada existente em nossa Capital.

Estas razões nos impelem, pois, a formular ao Sr. Governador do Estado o mesmo pedido, para que conserve a Biblioteca Agrícola de São Paulo no mesmo lugar, aberta a todos que a procuram e servindo a todos igualmente. Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Está esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

O SR. FERNANDO MAURO — (Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, desejo solicitar ao Sr. Diretor da D.S.T. que tome providências energéticas contra os motoristas de ônibus da Capital, que investem continuamente contra automóveis particulares, inclusive contra transeuntes.

É necessário que a polícia de São Paulo, a Diretoria de Trânsito e a própria Secretaria da Segurança Pública tomem medidas energéticas, severas, imediatas e sérias nesse sentido. Parece que a D. S. T. está mesmo distribuindo cartas gratuitas. A maioria dos motoristas não tem habilitação, não tem capacidade, não tem urbanidade, muito menos respeito à propriedade alheia.

Ontem, vi três desastres propiciados de vulto, na Praça João Mendes. Hoje, tive oportunidade de presenciar outro desastre, em idênticas condições, na Avenida Ibirapuera, com um ônibus de Vila Ipojuca. Mal chegava eu, agora, à Assembleia, quando vi um ônibus, de outra empresa particular, avançando proposadamente contra um carro particular, não sei de quem.

É necessário cessar esse abuso dos motoristas de ônibus e caminhões, contra os automóveis particulares. Solicito, pois, ao Sr. Diretor do Serviço de Trânsito medidas

energéticas e imediatas no sentido da punição dos culpados.

Fica a questão de ordem que desejava levantar, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — (Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, ouvi com atenção o discurso dos nobres deputados Solon Borges dos Reis e Paulo de Castro Prado, que merecem todo o meu respeito e admiração.

Entretanto, não posso concordar com os argumentos de S. Exa., com referência ao ex-Ministro Prof. Carvalho Pinto, por vários motivos: primeiro, porque na sua gestão se verificou a maior alta do dólar e, depois, porque ainda me lembro dos discursos de S. Exa. quando na última campanha eleitoral em favor do seu candidato, Sr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, em que afirmava em todos os palanques que ele não fugia, que ele não era fujão, que ele cumpria com o seu dever e com a sua responsabilidade. Entretanto, S. Exa. assumiu uma responsabilidade, aceitou a nomeação e declarou que a aceitava para o bem do país. Agora S. Exa. se demite com argumentos que não convencem ninguém, embora nós achemos que já deveria ter sido demitido há muito tempo, pois não proporcionou benefício nenhum à pátria, e, como diz o nobre deputado Onofre Gosuen, nunca foi tão acentuada a inflação como na gestão do Prof. Carvalho Pinto. Nunca o Prof. Carvalho Pinto em entrevistas disse como pretendia diminuir a inflação. A única que S. Exa. falava em suas entrevistas de rádio e televisão, era que precisávamos fazer economia. Todo mundo sabe que a economia é necessária; não seria preciso? S. Exa. vir a público dizer da necessidade de uma política de contenção de despesas para combater a inflação.

Falar que é preciso combater a inflação, não é argumento. S. Exa. deveria ter proposto ao Governo da República medidas capazes de combater a inflação. Entretanto, nenhuma medida apresentou ao Governo, e agora deputados vêm à tribuna para dizer que o Brasil perdeu com a sua renúncia. Não sei se o seu sucessor vai corresponder, mas o Brasil não perdeu com essa saída. Acredito que o Brasil ganhou, pois está provado, por dados estatísticos, que na sua gestão do Ministério da Fazenda ocorreu a maior inflação e, consequentemente, a maior alta do preço do dólar, bem como a maior elevação de custo de vida.

Ainda desejo focalizar outro assunto, Sr. Presidente Refiro-me ao fechamento, por parte do Governo, do ginásio estadual de Valparaíso, que funcionava com 370 alunos. Fechou o Governo estadual o ginásio estadual de Valparaíso e fez convênio com um colégio particular. Irei a essa cidade nos próximos dias para denunciar com dados positivos aquela barbaridade — e por que não dizer? — aquela arbitrariedade do Governo. O mais grave, Sr. Presidente, o mais notável nesta transação é que esse convênio foi celebrado através de um recado do delegado Regional do P.S.P. na região, Sr. Fláclio Rocha, que entendia ser necessário o fechamento do Ginásio Estadual de Valparaíso, para ser feito o convênio com o Chefe do P.S.D. de Valparaíso.

O SR. MURILO DE SOUZA REIS — (Sem revisão do orador) — (Para reclamação) — Sr. Presidente, a data de hoje marca dois acontecimentos: um triste e o outro alegre. A saída do Sr. Prof. Carlos Alberto de Carvalho Pinto do Ministério da Fazenda é, realmente, uma notícia triste, pois S. Exa. constituía no Ministério das Finanças a esperança deste País, que se vê agora desguarnecido com a ausência do Prof. Carvalho Pinto no Ministério da Fazenda.

Mas, Sr. Presidente, outra notícia — e é este é um boato que corre neste Plenário — é que o famigerado Secretário da Educação, Padre Baleeiro, teria deixado a Secretaria da Educação. A confirmar-se esse boato, Sr. Presidente, quero congratular-me com o povo de São Paulo pela saída desse indivíduo da Secretaria da Educação e manifestar a minha alegria e a deste Plenário, pela saída desse homem — entre aspas — da Secretaria, fazendo votos muito sinceros, para que o Sr. Governador do Estado escolha um homem digno, competente, à altura daquela Secretaria, que é de importância vital para a educação das crianças do Estado de São Paulo.

Era a manifestação que desejava fazer.

O SR. CARLOS KHELARKIAN — (Sem revisão do orador) — (Para reclamação) — Sr. Presidente, apresentamos no decorrer desta convocação extraordinária da Assembleia Legislativa, requerimento solicitando a suspensão dos trabalhos nos dias 23, 24 e 25 deste mês.

A justificativa, Sr. Presidente, é aquela que todos conhecemos: o significado da data máxima da cristandade, e para dar uma oportunidade a todos de comemorar as festas natalinas. Foi nosso objetivo procurar a confraternização geral de todos — funcionários, deputados e jornalistas — que precisavam dessa oportunidade para se prepararem para essa data.

Veja Sr. Presidente, que os deputados que se locomovem do Interior para esta Capital, terão que voltar às suas cidades para lá, juntos de suas famílias, a fim de passarem a data que muito significado tem para nós brasileiros, cristãos que somos.

É o apelo que quero endereçar a V. Exa., já que hoje é dia 20, amanhã, dia 21 é sábado e não haverá sessão bem como no domingo, dia 22. Assim o requerimento perduraria a sua oportunidade. Solicito a V. Exa., se houver número nesta sessão, que coloque em discussão o requerimento de nossa autoria, para que esta Casa cesse os trabalhos nos dias 23, 24 e 25. É o apelo que endereço a V. Exa., aguardando o deferimento a essa nossa solicitação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência há incluído na Ordem do Dia, para deliberação do Plenário, o requerimento de V. Exa., já que há número necessário. Será apreciado ainda no dia de hoje.

O SR. CARLOS KHELARKIAN (Para

reclamação) — Sr. Presidente, em se tratando de requerimento entendendo que, de acordo com o Regimento, não seria necessário V. Exa. colocá-lo na Ordem do Dia, e sim simplesmente apresentá-lo à deliberação do Plenário, para votação. É o apelo que faço a V. Exa., porque até elaborar a Ordem do Dia perder-se-á a oportunidade da votação do requerimento.

Solicitaria a V. Exa. que entregasse à deliberação do Plenário a sua discussão.

O SR. PRESIDENTE — O requerimento constará ao pé da pauta da Ordem do Dia, como normalmente a Presidência delibera, nesses casos. O assunto será apreciado ainda no dia de hoje.

O SR. CARLOS KHELARKIAN — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Srs. deputados, esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar à Casa, a visita honrosa ao Parlamento Paulista, do ilustre Engenheiro Alfredo Vaz Pinto, digno Presidente dos Transportes Aéreos Portugueses. S. Exa. aqui comparece em companhia do ilustre Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, eis que, recentemente recebeu o título de Cidadão Paulistano na Casa das Leis da nossa Capital. Acompanham também S. Sa. o Dr. Albano Ribeiro, Diretor Comercial da Transportes Aéreos Portugueses, o Dr. Gaspar Brás Pinto, digno Engenheiro e o ilustre vereador Luiz Domingues de Castro, Secretário dos Negócios Internos e Jurídicos da Prefeitura de São Paulo. A visita do ilustre Engenheiro Alfredo Vaz Pinto é realmente muito cara aos deputados paulistas, em especial ao povo de São Paulo, pois que S. Exa. vem atuando de forma notoriamente sentida, a fim de que a tradicional amizade entre os povos brasileiro e português se efetive cada vez mais, possibilitando, nesse intercâmbio por todos desejado, aquele entrelaçamento indispensável entre a pátria filha e a pátria mãe. Esta Presidência ao agradecer tão insigne visita, congratula-se com a nobre Câmara Municipal de São Paulo, pelo acerto da homenagem, bem como agradece ao ilustre engenheiro e a sua comitiva essa visita honrosa.

Tem a palavra o nobre deputado Januário Mantelli Neto.

O SR. JANUÁRIO MANTELLI NETO — (Sem revisão do orador) — Exmo. Sr. Dr. Alfredo Vaz Pinto, DD. Presidente da T.A.P. Cia. de Transportes Aéreos Portugueses, Exmo. Sr. Dr. Albano Ribeiro, Exmo. Sr. Luiz Domingues de Castro, DD. Secretário dos Negócios Internos e Jurídicos da Prefeitura Municipal de São Paulo, Exmo. Sr. Hélio Meudonça Sr. Presidente e Srs. deputados.

Grata, sob todos os aspectos, é a visita que ora recebemos. Jubilosa é minha tarefa em saudar, em nome dos deputados com assento à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a figura internacional querida do Engenheiro Dr. Alfredo Vaz Pinto.

A Câmara Municipal de São Paulo, ao conceder-lhe o título de "Cidadão Paulistano", graças ao dinâmico trabalho e aos valiosos dotes que exornam sua personalidade, trouxe a esta Capital a grata presença do Dr. Alfredo Vaz Pinto.

É esta Assembleia Legislativa, não poderia deixar, neste momento, de se associar às inúmeras e justas homenagens prestadas ao nosso visitante.

Na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Transportes Aéreos Portugueses, o Dr. Alfredo Vaz Pinto, tem, diariamente, um extraordinário amor a nossa Pátria e à nossa gente, estreitando, cada vez, mais os tradicionais laços que unem Brasil e Portugal.

Para que conste dos Anais do Parlamento Paulista permite-me, em rápidas pinceladas, proceder ao contorno da marcante personalidade do Dr. Alfredo Vaz Pinto.

De 1930 a 1932, foi secretário do Ministério do Comércio e Comunicações, do Governo Português. Foi inspetor dos Armazéns Gerais Industriais do Ministério do Comércio e Indústria, em 1932. Chefiou a Delegação Portuguesa ao Congresso Postal Universal. Chefiou a Delegação Portuguesa à reunião de Praga, e o Comité Internacional Telegráfico e a representação portuguesa à reunião de Londres, da União Internacional de Radiodifusão. Em 1935 representou novamente seu país nas reuniões da União Internacional de Rádio-difusão, em Genebra e em Varsóvia. Em 1941, foi eleito presidente do Conselho de Administração da Companhia Portuguesa Rádio Marconi. Foi presidente da Comissão dos Serviços Postais e de Telecomunicações da Delegação Portuguesa da Câmara de Comércio Internacional. Em março de 1959 foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da Companhia dos Transportes Aéreos portugueses e, nessa qualidade, tomou parte nas Assembleias Gerais da IATA que se realizaram em Tóquio e em Sidney.

Aquele que tem prestado relevantes serviços ao povo das mais variadas nações e, em especial, ao Brasil, dentro dos conhecimentos técnicos relativos à sua especialidade, a Assembleia Legislativa através da modestia desta alocução rende a homenagem da população de São Paulo na certeza de estar praticando ato de suma justiça graças aos méritos que distinguem nosso ilustre visitante.

Ao Dr. Alfredo Vaz Pinto pedimos, ainda, que leve ao povo irmão de Portugal o amplexo sempre amigo e fraterno, não só de nossa colônia portuguesa, mas, também, de toda a população deste imenso São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE — Srs. deputados, submeto à deliberação do Plenário a permissão para que o ilustre engenheiro Dr. Alfredo Vaz Pinto possa usar da palavra, nesta oportunidade. Os Srs. deputados que

colivem de acordo em que S. Exa. use da palavra, queiram conservar-se como se encontram. (Palmas)

Tem a palavra S. Exa., o Dr. Alfredo Vaz Pinto. (Palmas)

O SR. ALFREDO VAZ PINTO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Sr. Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Srs. deputados desta digníssima Assembleia Legislativa.

Em primeiro lugar, permita V. Exa., Sr. Presidente, que lhe apresente os meus sinceros agradecimentos pela grande honra que me concedeu, recebendo-me aqui, na Mesa da Presidência de tão ilustre Assembleia Legislativa. Em segundo lugar, agradeço aos Srs. deputados pela decisão unânime de me conceder a palavra.

É uma honra que conferiram a um português, que sempre nutriu, e cada vez mais nutre, um grande amor pelo Brasil. É uma honra conferida também a um cidadão paulistano, título que me foi outorgado por esta grande cidade, através de sua Câmara Municipal.

Sinto-me, por isso, honrado em comparecer aqui, nesta Assembleia Legislativa, para dizer a V. Exas. que, do lado do setor de atividades em que tenho intervenção, eis que me dedico principalmente ao estabelecimento de comunicações aéreas, a nossa preocupação constante é a de colaborar com as nossas congêneres brasileiras. É nessa atividade temos encontrado, sempre, a mais fraternal colaboração, o que torna a nossa tarefa completamente agradável e propulsora de maiores e mais amplos cometimentos.

A circunstância de a cidade de São Paulo ter tomado essa decisão a meu respeito, o que indiretamente se dirige à companhia que aqui represento e até mesmo ao meu país, dá um valor excepcional à deliberação tomada, de me receber aqui, num momento em que venho a esta cidade e da qual vou regressar amanhã pela manhã.

É uma atenção que eu não posso esquecer. Resta-me, com os melhores e mais sinceros agradecimentos, fazer votos pela continuação da prosperidade do Estado de São Paulo e do Brasil, que é pátria irmã da minha pátria e me satisfaria também verificar que sendo o Brasil pátria filha de Portugal, Portugal, minha pátria, é pátria também de V. Exas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE — Vamos passar à Ordem do Dia.

Passa-se à
ORDEM DO DIA

O SR. CID FRANCO — (Sem revisão do orador) — (Para reclamação) — Sr. Presidente, foi anunciado, na sessão de hoje, que o Sr. Secretário da Educação do Estado de São Paulo se demitiu ou foi demitido. Se é exata a notícia, quero congratular-me com todos aqueles que defendem o princípio da escola pública e não o princípio da escola particular, da escola comercializada, da escola paga, da escola cara, da escola anti-democrática. O princípio da escola pública, defendido pelo meu partido, pelo nosso programa, não era seguido pelo Sr. Secretário da Educação de São Paulo, o que se prova com os convênios por ele estabelecidos com instituições particulares. A ser exata a notícia, Sr. Presidente, desejo cumprimentar e aplaudir o Sr. Governador do Estado de São Paulo. Mas quero, ao mesmo tempo, fazer um apelo a S. Exa. Estamos vivendo o Século XX e não o Século XIX. Coloque o Sr. Adhemar de Barros na Secretaria da Educação do maior Estado do Brasil alguém que se dedique a defender a escola pública, a escola democrática, a escola sem preconceitos de raça e de casta e não a escola particular, como vinha fazendo o Secretário da Educação, Padre Baleeiro. Assim como tenho criticado, e criticarei o Sr. Governador de São Paulo, como hoje o fiz com o requerimento em que estranho a fabricação de carros de guerra para o Governo de São Paulo, assim também tenho autoridade e coerência para elogiar o Governo quando tomar qualquer medida acertada. A demissão de um secretário que é defensor da escola particular enche de contentamento até adversários do Sr. Governador. Mas voltarei a esta tribuna para elogiar ou para criticar o mesmo Governador na hipótese, primeiro caso, de colocar S. Exa. na Secretaria da Educação um defensor da escola pública e, segundo caso, de colocar na Secretaria da Educação um continuador da política do atual secretário da Educação, isto é, a política de defensor escandalosamente o ensino comercializado, o ensino pago, o ensino que onera a bolsa de todas aquelas pessoas que se veem na contingência de colocar um filho num estabelecimento de ensino caro.

— PROPOSIÇÃO EM REGIME DE PRIORIDADE.

— Entra em 1.ª discussão o Projeto de lei 1.975-63, apresentado pelo Sr. Governador, concedendo auxílio à Caixa Beneficente da Guarda Civil, à Associação Esportiva da Guarda Civil e ao Centro Social dos Inspectores. — Parecer n.º 2.741-63, da Comissão de Justiça, favorável.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o nobre deputado Farabulini Junior. (Palmas). Ausente S. Exa., tem a palavra o nobre deputado José Lutz Sabia, que dispõe de 60 minutos.

O SR. JOSÉ LURTZ SABIA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, o Projeto de lei n.º 1.975-63 destinada à Caixa Beneficente da Guarda Civil de São Paulo, Hospital e Maternidade, 20 milhões de cruzeiros; à Associação Esportiva da Guarda Civil, 10 milhões de cruzeiros, e ao Centro Social dos Inspectores da Guarda Civil, 10 milhões de cruzeiros.

Vem, realmente, este projeto atender às necessidades dos empreendimentos da Guarda Civil de maneira que a Assembleia Legislativa do Estado não se furtará a votar favoravelmente a esse projeto, já que se ergue uma obra monumental que é o Hospital e maternidade da Caixa Beneficente da Guarda Civil de São Paulo.